



DIREITO CIVIL

 **Estratégia**
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO CIVIL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Carolina adquiriu um terreno de Gustavo pelo valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Para efetuar o pagamento, Carolina entregou um sinal de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e acordou que o saldo restante seria quitado em dez parcelas sucessivas de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), pagáveis a cada 30 dias.

Carolina realizou os pagamentos regularmente até a oitava parcela, quando enfrentou dificuldades financeiras devido a problemas de saúde que a afastaram do trabalho. Diante dessa situação, entrou em contato com Gustavo, explicando sua momentânea impossibilidade de pagamento e solicitando um prazo maior para quitar as duas últimas parcelas. Gustavo concordou verbalmente e confirmou, por mensagem de e-mail, que aguardaria o pagamento até o vencimento da última parcela.

Contudo, quatro dias antes do vencimento da décima parcela, quando Carolina conseguiu um empréstimo para quitar a dívida, não conseguiu localizar Gustavo nos locais habituais de pagamento, sendo eles sua residência e seu escritório na cidade de Belo Horizonte/MG. No mesmo dia, Carolina descobriu que seu nome havia sido negativado no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), em razão da suposta inadimplência das últimas parcelas.

Para garantir sua quitação e evitar maiores prejuízos, Carolina realizou o depósito dos R\$ 7.000,00 (sete mil reais) correspondentes às duas parcelas restantes, no dia do vencimento, em uma agência bancária oficial em Belo Horizonte. Entretanto, Gustavo recusou o valor injustificadamente, sem qualquer justificativa plausível.

Diante disso, Carolina pretende obter judicialmente a quitação do débito e a retirada imediata de seu nome do SPC, visto que a mora não ocorreu, pois Gustavo concordou em elastecer o prazo para o pagamento.

Considerando todos os fatos narrados acima, elabore, na condição de advogado contratado por Carolina, a peça adequada para pleitear os seus direitos.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

A sociedade empresária Pinho Forte Madeiras Ltda. firmou com Design Móveis Ltda. um contrato de fornecimento de material, visando ao abastecimento de suas indústrias moveleiras. Após dois anos de relação contratual, Design Móveis Ltda. deixou de pagar as notas fiscais emitidas por Pinho Forte, alegando dificuldades financeiras. Isso levou à rescisão do contrato, restando em aberto os pagamentos referentes ao fornecimento de material dos meses de julho, agosto e setembro de 2022.

A credora, Pinho Forte Madeiras Ltda., detém prova documental da dívida, incluindo o contrato assinado por duas testemunhas, as notas fiscais e uma declaração da devedora reconhecendo a existência do débito. Diante disso, ajuizou ação de execução de título extrajudicial em 05/01/2023.

Após a citação, Design Móveis Ltda. não realizou o pagamento. Além disso, a tentativa de penhora on-line e bloqueio de bens imóveis foi infrutífera, pois não foram localizados bens no nome da empresa suficientes para a satisfação do crédito.

Contudo, Pinho Forte constatou que um dos sócios administradores da Design Móveis Ltda. experimentou um aumento substancial de patrimônio nos últimos dois anos, adquirindo imóveis e veículos, os quais estavam sendo utilizados, inclusive, pela própria empresa devedora.

Diante dessa situação, responda aos itens a seguir:

A) A sociedade empresária Pinho Forte Madeiras Ltda. pode alegar algo para possibilitar a satisfação do crédito? Justifique. (Valor: 0,65)

B) Com base em tal alegação, qual seria a medida processual adequada? Justifique. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Jimin vendeu para Tae um carro modelo RM, ano 2013, pelo valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). O contrato de compra e venda foi formalizado por meio de instrumento particular, sem qualquer ressalva sobre restrições ao bem. Tae realizou o pagamento integral e passou a utilizar o veículo normalmente.

Passados seis meses, Tae foi surpreendido com uma citação para responder a ação na qual Esperança alegava ser proprietária do referido carro. Ao entrar em contato com Jimin, este alegou não saber da existência de Esperança e que adquiriu o carro de Guilherme, que lhe garantiu que estava tudo certo com o veículo.

Diante dessa situação, responda aos seguintes questionamentos, fundamentando sua resposta com os institutos jurídicos pertinentes.

A) Qual a responsabilidade de Jimin caso Tae venha a perder o bem por sentença judicial? Indique as verbas do ressarcimento devido. (Valor: 0,80)

B) Como Tae deverá proceder caso queira discutir a responsabilidade de Jimin na própria ação reivindicatória ajuizada por Esperança? Qual o meio processual adequado? (Valor: 0,45)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Christopher é um renomado designer de interiores que presta serviços para diversas empresas e clientes particulares. Ele nasceu em Curitiba/PR, mas, devido às suas atividades profissionais, mudou-se para Florianópolis/SC, onde reside há três anos em um apartamento alugado. Apesar da mudança, Christopher possui um imóvel próprio em Curitiba, alugado para terceiros.

Felix, empresário do ramo da construção civil, contratou Christopher para projetar a decoração de um novo empreendimento em Porto Alegre/RS. O contrato foi assinado na sede da empresa de Felix, em São Paulo/SP, estabelecendo que eventuais conflitos seriam resolvidos na cidade onde Christopher tem domicílio.

Após atrasos na entrega do projeto, Felix ingressou com uma ação judicial contra Christopher, pleiteando indenização por perdas e danos. Ocorre que Felix, sem consultar Christopher, propôs a demanda na comarca de Curitiba/PR, alegando que esse seria o domicílio do réu, já que ele ainda mantém um imóvel registrado na cidade. Ao ser citado, Christopher questionou a competência do juízo.

Com base na situação narrada, responda às seguintes questões, fundamentando sua resposta nos dispositivos legais aplicáveis.

A) Considerando as regras sobre domicílio da pessoa natural, qual é o domicílio legal de Christopher e onde deveria ter sido proposta a ação? Fundamente sua resposta. (Valor: 0,65)

B) Caso Christopher possuísse múltiplos domicílios, Felix poderia escolher em qual deles ajuizar a ação? Explique com base no ordenamento jurídico. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Renata comprou uma passagem da empresa Expresso Rápido Ltda., com destino à cidade de Recife/PE. Durante a viagem, o motorista desrespeitou os limites de velocidade e realizou uma ultrapassagem perigosa em uma estrada sinuosa. Ao tentar desviar de um caminhão, perdeu o controle do veículo, fazendo com que o ônibus saísse da pista e tombasse.

No acidente, vários passageiros ficaram feridos, incluindo Renata, que sofreu uma fratura no tornozelo, além de cortes e hematomas no rosto e nos braços. Após um período de recuperação e enfrentando dificuldades para retomar suas atividades normais, ela decide buscar seus direitos e procura um advogado para ajuizar ação indenizatória por danos morais e materiais pelo ocorrido.

Com base na situação narrada, responda fundamentadamente às questões a seguir

A) A empresa Expresso Rápido Ltda. deve ser responsabilizada pelos danos decorrentes do acidente? Em caso afirmativo, qual seria a natureza da responsabilidade civil da empresa? Justifique. (Valor: 0,65)

B) Qual o foro competente para processar a ação indenizatória? Justifique. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

